



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Declaração firmada pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO-MA**, objetivando desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário.

O Prefeito do Município de Porto Franco-MA, **Deoclides Antonio Santos Neto Macedo**, declara firme vontade de desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 307, de 17 de dezembro de 2019, e demais legislações correlatas, observando os seguintes critérios:

1. O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação de Escritório(s) Social(is).

2. **CONDIÇÕES:** A efetivação do presente Termo de Adesão dar-se-á mediante as condições estabelecidas no Plano de Trabalho que compõe o Termo de Cooperação Técnica nº 094/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado Maranhão e o Governo do Estado do Maranhão.

3. **ATUAÇÃO COORDENADA:** o município buscará desenvolver ações coordenadas com o Governo do Estado do Maranhão, o Tribunal de Justiça do Maranhão e o Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade das ações de atenção às pessoas egressas, conforme Manuais dos Escritórios Sociais publicado pelo Conselho Nacional de Justiça.

4. **GESTOR LOCAL:** indica para gestora local do presente instrumento a senhora **ETH MARIA MILHOMEM COUTINHO**, endereço eletrônico: ethmaria@yahoo.com.br, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.

5. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Termo de Cooperação Técnica nº 094/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e o Governo do Estado do Maranhão.

6. RESPONSABILIDADES:

6.1. São responsabilidades gerais do Tribunal de Justiça do Maranhão:

6.1.1. Responsabilizar-se pela divulgação o(s) Escritório(s) Social(is) e seus respectivos serviços aos juízes do Estado do Maranhão, onde estes estão ou venham a ser implantados, orientando-os para receberem as equipes técnicas para fins de alinhamento das ações que serão implementadas em conjunto;

6.1.2. Encaminhar por meio de juiz (es) da(s) Vara(s) de Execução Penal as pessoas egressas do sistema prisional ou realizar o acompanhamento das condicionalidades atinentes àquelas;

6.1.3. Priorizar a destinação de penas pecuniárias para a implantação, o fomento e fortalecimento dos projetos e serviços do(s) Escritório(s) Social(is);

6.1.4. Desenvolver e apoiar, por meio do Programa Rumo Certo na Execução Penal, as ações e os projetos que tenham como finalidade promover oportunidades à pessoa egressa e seus familiares; e

6.1.5. Realizar o processamento da execução penal, dos benefícios e da análise das condicionalidades interpostas à população atendida pela política de atenção às pessoas egressas, considerando relatórios técnicos elaborados pelas equipes do Escritório Social.

6.2. São responsabilidades gerais do Governo do Estado do Maranhão:

6.2.1. Por meio do órgão gestor da Administração Penitenciária, disseminar e apoiar a estruturação de Escritório(s) Social(is) em seu território, seja de forma direta, seja mediante apoio à implantação no âmbito dos municípios, por adesão das prefeituras municipais;

6.2.2. Aportar recursos financeiros do Fundo Penitenciário Estadual e outras fontes de receitas, próprias ou captadas por meio de convênios ou subvenções, a fim de contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços prestados pelo(s) Escritório(s) Social(is), conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho mencionado na Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo do Termo de Cooperação.

I - O Governo do Estado do Maranhão deverá envidar esforços para alocar recursos em rubrica orçamentária específica.

6.2.3. Subsidiar a articulação interinstitucional do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;

6.2.4. Garantir a realização da metodologia de mobilização de pré-egressos e a adoção de procedimentos de soltura com encaminhamento à equipe de referência do Escritório Social, bem como o fornecimento de informações das pessoas egressas às Varas de Execução Penal do município/Comarca;

6.2.5. Subsidiar o(s) Escritório(s) Social(is) com o envio de cópias de prontuários e outros documentos relativos à pessoa egressa;

6.2.6. Desenvolver e apoiar, por meio da Supervisão de Reintegração

Social vinculada à Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), os programas e projetos que tenham como finalidade a oportunidade à pessoa egressa e seus familiares;

6.2.7. Contribuir com o monitoramento do cumprimento das legislações, em âmbito nacional e estadual, garantindo a inserção no mercado de trabalho, por meio de políticas afirmativas que estabeleçam um percentual mínimo de contratação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

6.2.8. Por meio da **Secretaria Estadual de Administração Penitenciária**, contribuir com a articulação intersetorial do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos, entre outras ações;

6.2.9. Estimular a inserção e atualização cadastral no Cadastro Único das famílias de pessoas privadas de liberdade, assim como o acesso aos serviços socioassistenciais;

6.2.10. Fomentar parcerias com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, outros órgãos ou entidades, para promoção de projetos/ações no âmbito da economia solidária;

6.2.11. Firmar parcerias com instituições de formação profissional com vistas a promover a formação profissional de egressos do sistema prisional, bem como a inserção em iniciativas de geração de renda, acrescido a orientação e encaminhamento para vagas de trabalho;

6.2.12. Realizar o levantamento de dados relativos ao atendimento da pessoa egressa do sistema prisional para o aprimoramento das ações socioassistenciais no âmbito da inserção produtiva;

6.2.13. Viabilizar o acesso à política habitacional disponível.

6.3 São responsabilidades gerais do município de Porto Franco-MA:

6.3.1. Contribuir para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos e condições ajustados no Plano de Trabalho a que se refere a Cláusula Terceira do presente Termo;

6.3.2. Executar, por meio das Equipes de Referência do Escritório Social nas regiões administrativas do município, nos Centros de Referência de Assistência Social, as ações necessárias para o acolhimento, atendimento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário, sendo responsáveis pela articulação da rede de serviços de proteção e inclusão social, além de outras políticas e programas ofertadas pelo Poder Público;

6.3.3. Disponibilizar os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços prestados pelas Equipes de referência do Escritório Social nas regiões do município, bem como a estruturação do serviço, com a definição de local, cessão de equipes, instalações e aparelhamento do Escritório;

6.3.4. Buscar a efetividade das ações a serem desenvolvidas pelas Equipes de Referência do Escritório Social, por meio de sua estruturação, com

competências técnicas psicossociais e jurídicas, articulação de parcerias estratégicas, formação e capacitação da rede social parceira, atendimento, encaminhamento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário, bem como da comunicação sistemática junto ao Poder Judiciário;

6.3.5. Subsidiar a articulação interinstitucional das Equipes de referência do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;

6.3.6. Empreender a sistematização dos dados registrados, garantindo a proteção dos dados pessoais sensíveis, bem como a disponibilização de informações de caráter público para produção de conhecimento que norteará a condução da política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário no município, bem como, do Sistema Penitenciário do Estado, contribuindo para melhorias nas ações desenvolvidas;

6.3.7. Viabilizar a interlocução das equipes de referência do Escritório Social com as equipes psicossociais das unidades prisionais para realizar ações junto à pré-egressos, contribuindo para apresentação do Escritório Social nos procedimentos de soltura.

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO

Prefeito do Município de Porto Franco-MA



Documento assinado eletronicamente por **Deoclides Antonio Santos Neto Macedo, Usuário Externo**, em 12/04/2024, às 14:18, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj.gov.br) informando o código verificador **1808615** e o código CRC **7871186F**.